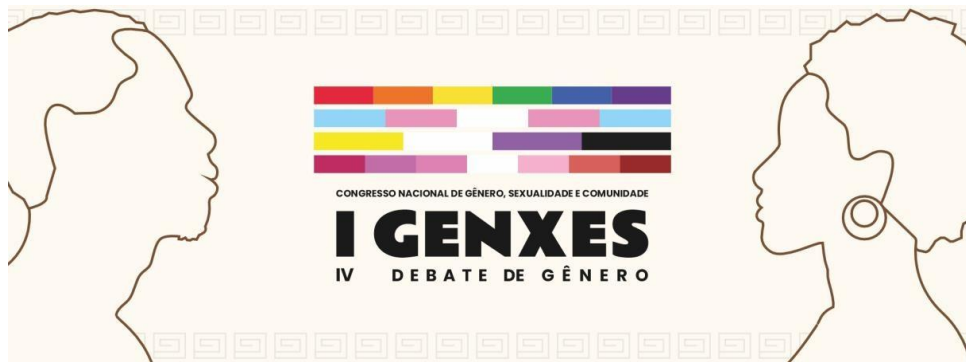




É POSSÍVEL EXISTIR NA URCA? REFLEXÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Eixo Comunitário: Gênero, Sexualidade e Saúde Coletiva

Saulo Isaias Vieira de Oliveira¹

Alef Diogo da Silva Santana²

Nicole Bezerra Costa³

RESUMO: A presença de pessoas trans e travestis no ensino superior brasileiro ainda enfrenta desafios estruturais e institucionais, refletindo um ciclo de exclusão que se inicia na infância e se perpetua ao longo de suas vidas. A marginalização dessa população é evidenciada por altos índices de evasão escolar e pela ausência de políticas afirmativas eficazes. Desta forma, este trabalho objetiva refletir criticamente a inserção de pessoas trans na Universidade Regional do Cariri - Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira (URCA - CMHT), problematizando a ausência de disciplinas obrigatórias que abordem gênero e sexualidade e discutindo como a estrutura acadêmica pode reforçar a cisnormatividade, reforçando o *status quo*. A partir de um debate sobre equidade educacional e políticas públicas, este texto realça iniciativas de outras Universidades do Nordeste que avançaram, em algum nível, nessa pauta, destacando a urgente necessidade de debates no âmbito institucional para o acesso e permanência dessa população na Universidade.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Ensino Superior; Saúde; Educação.

Onde há poder, há resistências. Há existências⁴ : uma breve introdução

Em uma notícia vinculada pelo G1 e gravada pela Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV), em novembro de 2023, Louise Rodrigues e Silva e Stella Branco, as primeiras alunas travestis da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, foram vítimas de falas pejorativas e ameaças proferidas por um docente do curso, após a instituição permitir o uso livre de banheiros conforme a identidade das pessoas. Além de ironizar e ridicularizar as estudantes, o docente insistiu em se referir a elas com pronomes masculinos e afirmou, em entrevista, não ter apresentado comportamento transfóbico. Como resposta às denúncias, a universidade determinou seu afastamento por 90 dias, e, posteriormente, em agosto de 2024, ele foi

1 Graduando em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri - Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira (URCA - CMHT) e integrante do Laboratório de Pesquisas Sociais em Enfermagem e Saúde Coletiva (VOZES). E-mail: saulo.isaias729@urca.br.

2 Professor do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri - Campus Multi-institucional Humberto Teixeira (URCA - CMHT). Doutor em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (USP). Líder do Laboratório de Pesquisas Sociais em Enfermagem e Saúde Coletiva (VOZES). E-mail: alef.santana@urca.br.

3 Graduada em Serviço Social pelo IFCE – Campus Iguatu. Pós-Graduada em Serviço Social e Política de Saúde e Pós-Graduada em Antropologia pela Faculdade Líbano – São Paulo. . E-mail: costanicolev@gmail.com.

4 Trecho retirado do livro “O Diabo em Forma de Gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” (p. 179, 2017), por Megg Rayara Gomes de Oliveira.

suspensão de suas funções do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. A comissão do curso também impôs a obrigatoriedade de sua participação em um curso sobre identidade de gênero e sexualidade⁵.

A partir da leitura do caso acima, é possível observar que casos como esse evidenciam que a inserção de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT+), em especial, de pessoas transexuais e travestis⁶, no ensino superior ainda enfrenta barreiras significativas, que envolve questões fundamentais relacionadas aos direitos humanos, políticas públicas e à luta por equidade social. Antes de ingressarem na universidade, esse público passa por desafios estruturais que as marginalizam no contexto social, como o acesso precarizado à saúde e a violência cotidiana movida pelo preconceito. Esse cenário de exclusão se reflete no ambiente acadêmico, que reproduz as normas sociais cisheteronormativas e impõe desafios adicionais ao ingresso e a permanência desses estudantes. Assim, a existência de pessoas transexuais e travestis no âmbito da universidade é atravessada por diversas formas de violência, desde a simbólica até a estrutural.

Segundo Galtung (1969), a violência estrutural refere-se a formas de opressão sistemáticas e institucionais que impedem certos grupos de terem acesso igualitário à direitos fundamentais, como educação, saúde e trabalho, e isto se perpetua através da omissão do Estado na implementação de políticas públicas e à ausência de projetos que foquem na integração aos grupos que vivenciam processos vulnerabilizadores. Nesse contexto, a exclusão de pessoas trans e travestis do mercado formal, do atendimento digno nos serviços de saúde e da garantia de espaços acadêmicos seguros as empurra historicamente para a marginalização, reforçando um ciclo vicioso de discriminação e vulnerabilidade. Essa constante negação de direitos tende a impedir o acolhimento, resultando em sentimentos de não-pertencimento desse público no meio acadêmico, dificultando sua permanência e avanço na universidade (Capucce *et al.*, 2021; Minayo, 1994).

Conforme um dossiê apresentado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Brasil, 2023), ocorreram 273 mortes de pessoas LGBT+ no ano de 2022 no Brasil, fora os casos subnotificados. Essa informação reforça sua posição como país líder dos índices de violência contra esse grupo, especialmente contra travestis e mulheres trans (ANTRA, 2023). Oficialmente, não dá dados que destaquem a expectativa de vida desse grupo, no entanto, o

⁵ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/08/07/professor-da-usp-denunciado-por-transfobia-contras-alunas-travestis-e-afastado-do-hospital-das-clinicas.ghtml>.

⁶ Neste texto, utilizamos os termos pessoas trans e travestis para destacar especificidades dentro das identidades de gênero. Enquanto pessoas trans é um termo abrangente que engloba homens e mulheres trans, travestis possuem uma identidade própria, historicamente marcada por resistência e luta social no Brasil. Optamos por não utilizar o termo transgêneros por sua generalidade e por não refletir as particularidades políticas e culturais das travestis no contexto brasileiro.

conceito de condenação social ao extermínio nos parece útil para compreendermos a realidade que travestis e mulheres trans vivenciam ao serem privadas de acesso à direitos básicos (Oliveira, 2021).

A assistente social Nicole Bezerra Costa (2024) destaca em um dos seus estudos que faz-se necessário o debate sobre gênero e sexualidade nos cursos da saúde para que as situações vivenciadas por pessoas trans ganhem visibilidade, impactando não só o acesso desse público aos equipamentos sociais, mas também uma maior sensibilização às suas realidades. Esse diálogo é reforçado com o argumento exposto pela transfeminista Megg Rayara (2017) em seu texto “O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação”, onde a autora destaca que a violência estrutural e a supressão social impõem barreiras à população trans desde a infância, dificultando sua formação educacional e sua inserção profissional, corroborando, assim, para o aumento no número de pessoas transexuais, sobretudo, mulheres trans e travestis, no trabalho sexual.

Dados de 2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) indicam que cerca de 90% das mulheres trans e travestis no Brasil já trabalharam ou trabalham no mercado do trabalho sexual, muitas vezes como a única forma de garantir sua sub-existência. No entanto, já há exemplos no papel de estratégias que busquem garantir o acesso igualitário à educação, dentre eles a meta 4.5 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estabelece a eliminação de disparidades de gênero e equidade no processo ensino-aprendizagem a todos os níveis de ensino e formação profissional, especialmente para às partes expostas a contextos de fragilização. Objetivos como este buscam o fim do ciclo de marginalização existente dentro da Universidade, onde a invisibilização e a hostilidade acadêmica se manifestam como parte de um processo transfóbico que, cotidianamente, atinge pessoas transexuais no Brasil (Organização das Nações Unidas, 2015; Ferreira *et al.*, 2024).

A nível federal e estadual, temos, respectivamente, o artigo terceiro do regulamento 9.394/1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT (CECD/LGBT), os quais defendem o princípio da igualdade e liberdade para o acesso e a permanência dos estudantes na escola e a formulação e monitoramento de políticas públicas que assegurem a cidadania e a formação de educadores sobre gênero e sexualidade. Todavia, embora hajam políticas que protejam os direitos à educação ao público LGBT+, não é estabelecido uma fiscalização rigorosa para que elas sejam executadas da forma correta ou penalidades para os profissionais LGBTfóbicos (Brasil, 1996; Governo do Estado do Ceará, 2022).

Do ponto de vista estatístico, em 2018, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) revelou que as estudantes trans representavam apenas 0,2% das matrículas no ensino superior brasileiro. A evasão escolar recorrente também é preocupante, com 82% das pessoas trans entre 14 e 18 anos abandonando o ensino médio devido ao desrespeito ao uso do nome social, impedimento de utilizar banheiros conforme a identidade de gênero e preconceito por parte dos alunos e profissionais (Andifes, 2019; UFSM, 2024).

Esses dados refletem um quadro mais amplo de exclusão e violência simbólica, que se estende ao ensino superior, onde a inclusão de pessoas trans e travestis permanece um desafio diante das barreiras estruturais impostas. A Universidade Regional do Cariri – Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira (URCA - CMHT) não está isenta dessas dificuldades, sendo necessário problematizar e refletir o lugar que esse grupo ocupa dentro do campus e nas políticas estudantis da universidade, pois a ausência de políticas eficazes de inclusão inviabiliza o direito à educação como ferramenta emancipatória. Nesse sentido, ao dialogar com perspectivas feministas e com trabalhos do campo de gênero e sexualidade, este estudo objetiva refletir criticamente sobre o espaço simbólico e material que pessoas trans ocupam no âmbito da dentro da Universidade Regional do Cariri – Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira. Tal perspectiva pretende contribuir com as discussões dos movimentos sociais regionais e estaduais, e também gestar outros caminhos, ainda embrionários, sobre a visibilidade e a existência desse público na respectiva universidade.

“A educação é uma ferramenta poderosa para a libertação das pessoas trans, mas precisamos lutar para ter acesso a ela”⁷: a inclusão no cenário da Universidade Regional do Cariri – Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira

A ausência de pessoas trans e travestis no ensino superior brasileiro pode ser interpretada como resultado de múltiplos fatores estruturais e socioeconômicos que limitam sua inclusão nesse espaço. Desde a infância, esse público enfrenta transfobia institucional, bullying e falta de reconhecimento de suas identidades de gênero, o que compromete sua trajetória educacional, como afirma a transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus (2014). Essa exclusão inicial reflete-se nas taxas de evasão acadêmica, que, segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil 2024, atingem 57,2% no geral, sendo inferior a 40% nas universidades públicas e quase 61% nas privadas. Para a população trans, esses números podem ser ainda mais alarmantes, considerando o contexto de marginalização e exclusão que enfrentam ao longo da vida (SEMESP, 2024).

⁷ Fala retirada em entrevista concedida no documentário "Indianara", dirigido por Aude Chevalier-Beaumel e Marcelo Barbosa e lançado no ano de 2019.

Diante desse cenário de exclusão, a universidade desempenha um papel ambivalente. Guacira Lopes Louro (2003), alinhada ao pensamento de Michel Foucault, argumenta que o ensino superior funciona tanto como um espaço de regulação e controle das normas sociais quanto como um ambiente de resistência e subversão. No entanto, a presença de pessoas trans e travestis na graduação continua sendo limitada, evidenciando as barreiras impostas por uma estrutura acadêmica predominantemente cisheteronormativa e colonial. A ausência de políticas afirmativas efetivas e o insuficiente acolhimento institucional impactam diretamente a saúde mental dessa população, aprofundando as já aviltantes desigualdade sociais. Como consequência, estudos apontam que 90% das mulheres trans e travestis recorrem ao trabalho sexual como única alternativa de subsistência, dada a exclusão do mercado formal de trabalho, tal qual afirma Nicole Bezerra Costa (2024).

A superação desses desafios passa por um conjunto de medidas que vão desde a atuação do Estado a partir de políticas públicas, até o acesso e permanência de pessoas trans em todos os níveis de educação, do básico ao superior. Conforme destaca Boutin (2021), a presença em grêmios estudantis, coletivos acadêmicos e conselhos institucionais contribui para a construção de espaços mais democráticos e inclusivos. Essas ações não apenas fortalecem a luta por equidade no ensino superior, mas também promovem novas perspectivas para discentes que atuarão em áreas como a saúde, onde a sensibilidade a essas questões é essencial.

Além das transformações dentro das universidades, é necessário considerar as políticas públicas que buscam garantir a inclusão da população LGBTQ+ no ensino superior. A Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQ (2015) estabelece diretrizes para o reconhecimento de identidades de gênero e a promoção da inclusão acadêmica. No entanto, sua implementação enfrenta desafios institucionais e resistências, o que reforça a necessidade de pressão contínua para assegurar condições igualitárias de acesso e permanência para esses estudantes. Assim, somente por meio da articulação entre ações institucionais, políticas afirmativas e mobilização coletiva será possível reverter esse quadro de exclusão e construir um espaço acadêmico verdadeiramente democrático.

No Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira da URCA, a oferta acadêmica inclui os cursos de graduação em Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem e Educação Física. No entanto, a abordagem sobre diversidade de gênero e sexualidade é vista somente na graduação de Enfermagem, que conta com uma disciplina específica e optativa para tratar da referida temática: “Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva”. Nos demais cursos, os conteúdos relacionados aos direitos humanos e políticas públicas direcionadas à população LGBTQ+ são trabalhados de maneira generalista e fragmentada, sem direcionamento específico

para a realidade dessa população. Essa lacuna curricular reflete a falta de um compromisso mais amplo da Universidade e dos Planos Políticos Pedagógicos dos cursos com a inclusão dessas pautas na formação de seus graduandos.

A exclusividade dessa disciplina no curso de Enfermagem e sua natureza eletiva levantam questionamentos sobre o compromisso da URCA com a formação de profissionais capacitados para lidar com a diversidade e pluralidade dos indivíduos, especialmente nos serviços de saúde. A questão da disciplina não ser obrigatória reflete a falta de prioridade institucional para a inclusão dessas pautas no ensino superior, delegando a escolha do aprofundamento sobre a temática apenas a quem já possui interesse prévio. Pode-se discutir também que a ausência de disciplinas similares em outros cursos da universidade limita a construção de um ambiente comprometido com a promoção da equidade social e do respeito às identidades de gênero e orientações sexuais.

A disciplina de gênero e sexualidade no curso de Enfermagem da Universidade

Regional do Cariri – Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira

Durante o semestre 2024.2, a disciplina “Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva” promoveu uma atividade voltada ao levantamento e discussão das violências vivenciadas no ambiente acadêmico e os desafios enfrentados pelos discentes LGBTQ+ quanto à sua permanência nesse espaço, uso de nome social e banheiros de gênero neutro. Como parte desse debate, o momento contou com a participação de Nicole Bezerra Costa, travesti formada em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Sua fala trouxe reflexões essenciais sobre ocupação e pertencimento de pessoas trans no ensino superior, enfatizando a resistência ao estigma e a necessidade de autovalorização em uma sociedade que historicamente deslegitima pessoas trans e travestis, limitando suas oportunidades e determinando expectativas reducionistas sobre suas trajetórias.

Nicole destacou a importância de não permitir que a visão cisnormativa defina o potencial das pessoas trans e travestis, demonstrando como a educação pode ser um instrumento de transformação e empoderamento. Além de uma ferramenta de crescimento pessoal, a formação acadêmica possibilita que mais pessoas trans possam ocupar espaços institucionais e profissionais que historicamente lhes foram negados. Seu relato reforçou que o acesso à educação e uma rede colaborativa são estratégias fundamentais para romper com ciclos de exclusão e marginalização, permitindo que novas gerações tenham referências concretas de que a universidade também pode ser um espaço para elas (Costa, 2024).

Enquanto a URCA – CMHT ainda apresenta lacunas no ensino sobre diversidade de

gênero e sexualidade, vemos que outras universidades do Nordeste já estão avançadas nessa questão. Instituições como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) incluíram disciplinas obrigatórias no curso de Medicina e Enfermagem que abordam a saúde LGBTQ+, garantindo assim que seus futuros profissionais estejam capacitados para atender essa população com respeito e conhecimento técnico adequado, além de ampliar o repertório dos discentes.

Desatinar os nós da exclusão e reinventar a vida por meio da educação formal não é apenas uma necessidade individual, mas um processo coletivo que exige comprometimento das universidades, do Estado e da sociedade civil. Apenas com políticas afirmativas eficazes, a ampliação do debate sobre diversidade e a construção de um ambiente universitário seguro será possível garantir igualdade de oportunidades para a população trans e travesti. A denúncia de transfobia contra alunas travestis na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto é um forte exemplo que reforça a urgência de transformar a universidade em um espaço verdadeiramente inclusivo e diverso, onde estudantes trans possam existir, aprender e prosperar sem medo de violência e discriminação.

Apesar dos avanços em algumas instituições, a realidade presenciada na URCA – Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira ainda é vista em muitas universidades. A falta de inclusão e respeito às identidades trans e travestis não se diz somente quanto à entrada desse grupo no campo discente e docente, mas também sobre a sua participação em debates e eventos para trazer a transformação desse cenário. A resistência ao reconhecimento da diversidade de gênero no ensino superior não apenas perpetua o estigma, mas também limita o desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes trans, criando um ciclo de exclusão que se reflete na sociedade como um todo.

O porquê da Universidade não adotar medidas que aproximem e protejam esse público é algo que deve ser constantemente questionado, pois este é um compromisso coletivo que se estende à construção de uma cultura institucional de acolhimento. A inclusão do público trans na realidade da URCA – Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira vai além da promoção da pluralidade, é um ato de romper as correntes do pensamento de que a comunidade LGBTQ+ como um todo é uma minoria vulnerável e fragilizada. Contudo, essa inclusão não é sequer vista, por exemplo, nas temáticas de rodas de conversa que acontecem anualmente para a Semana de Enfermagem do *campus*, o que afasta ainda mais os discentes das pautas levantadas por esse público, tornando-os omissos para os problemas que esta população enfrenta diariamente.

O debate ainda leva a uma grande questão: Se esses alunos/as não estão na

universidade, então, onde eles/as estão? A ausência de um compromisso real da URCA - Iguatu com as questões de gênero e diversidade não apenas reforça a marginalização da população trans e travesti, mas também impede que o próprio corpo acadêmico se aproxime da realidade dessas pessoas. A formação universitária deve ir além do método tradicional de ensino, ou seja, da simples transmissão de conteúdos e em um formato ultrapassado que prioriza a técnica em detrimento da reflexão crítica nos termos de Paulo Freire (2013). A formação, pelo contrário, deve ser eficiente para preparar cidadãos críticos e socialmente responsáveis, principalmente nas áreas onde a relação estabelecida com as pessoas é ponto fundamental para o cuidado, como é o caso da Enfermagem. No entanto, ao ignorar essas múltiplas realidades, a instituição relega ao esquecimento toda uma população que enfrenta exclusão diariamente para existir e ocupar os mesmos espaços que pessoas cisgêneras ocupam. Sem abertura para o diálogo, sem investimento em políticas afirmativas institucionais, capacitação de corpo-docente e corpo-técnico-administrativo, sem oferta de disciplinas obrigatórias, que pensem, reflitam e problematizem essas vivências, a URCA se mantém em um estado de estagnação, tal como o Estado.

De forma geral, este é um reflexo direto da falta de compromisso institucional com a comunidade trans e travesti. A Universidade Regional do Cariri, ao que nos parece, permanece marcada por omissões que reforçam a exclusão e a invisibilização dessa população. A omissão institucional não é neutralidade, é cumplicidade. A falta de ações concretas para incluir e garantir a permanência de identidades trans e travestis na graduação demonstra que o Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira da URCA talvez não conceba, em termos materiais e simbólicos, essa população como parte legítima de seu corpo discente. Enquanto outras universidades implementam políticas afirmativas para o acesso e permanência desse público, desenvolvem estudos sobre a realidade trans e abrem espaço para diálogos dentro e fora das suas salas de aulas com os movimentos sociais trans, a URCA respira somente com a força de poucos discentes que, sem grande apoio de seus representantes, tentam realçar essas pautas à revelia. Essa negligência não apenas aprofunda iniquidades sociais já existentes, mas também compromete a credibilidade da instituição enquanto pilar de ensino e comprometido com a justiça social regionalmente. Afinal, aonde estão as pessoas trans da Universidade Regional do Cariri?

Assim, a Universidade não pode se omitir perante seu papel social de transformação e inclusão, pois, sem políticas afirmativas concretas e um ambiente acadêmico verdadeiramente seguro, a diversidade — seja de gênero, étnica ou social — continuará sendo tratada como um problema, quando, na verdade, deveria ser reconhecida como uma grande potência de ideias,

realidades, experiências e vidas.

REFERÊNCIAS

- ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Violência**. 2020.
- ARAÚJO, M. C. **Pedagogias das Travestilidades**. Recife: Editora UFPE, 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília: Andifes, 2019.
- BOUTIN, A. C. B. D. A participação política em grêmios estudantis na perspectiva de documentos orientadores. **Educação Online**, v. 16, n. 37, p. 15-34, 2021.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Dossiê apresentado ao MDHC indica 273 mortes de LGBTIA+ no Brasil em 2022**. 2023.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT**. Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- CAPUCCE, G. *et al.* Saúde mental e população LGBTQIA+: desafios e perspectivas no acesso aos serviços de saúde. **Acervo Mais**, v. 6, n. 2, 2023.
- COSTA, N. B. **Quantos tempos teceram seus vestidos de lã? Envelhecimento dos corpos travestis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Iguatu, 2024.
- FERREIRA, L. de L. *et al.* Desafios e perspectivas no cuidado de enfermagem às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: contribuições das epistemologias do sul. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 1., p. 2445–2454, 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 62, 2013.
- G1. Professor da USP denunciado por transfobia contra alunas travestis é afastado do Hospital das Clínicas. G1, Ribeirão Preto e Franca, 07 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/08/07/professor-da-usp-denunciado-por-transfobia-contra-alunas-travestis-e-afastado-do-hospital-das-clinicas.ghtml>.
- GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Primeiro Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT toma posse em Dia Mundial contra LGBTfobia**. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: Teorias e práticas**. São Paulo: Editora XYZ, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 10, p. 7-18, suplemento 1, 1994.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba: Appris, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação de Qualidade (ODS 4)**. 2015.

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2024**. São Paulo: Semesp, 2024.

SILVA FILHO, J. L. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 12, n. 3, p. 689-710, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Estrutura Curricular do Curso de Enfermagem**. Acesso em: 6 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Curso de Enfermagem (Bacharelado) - Sobre o Curso**. Acesso em: 6 mar. 2025.

UFSM. **Janeiro lilás: a presença da comunidade trans no ensino superior brasileiro e na UFSM**. 2024.